

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 04/2023

Sessão Ordinária Realizada no dia 29 de setembro de 2023

Presidente da Assembleia

Manuel Augusto Meirinho Martins

Secretários

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – *Idalina Lopes*.

Substituições

José António Inácio Nunes (*substituído por Alexandrina Goreti Fernandes Martins Dias*); Sandra Isabel Santos Fortuna (*substituída por Mariana Vinhas Sanches Barrios*); Ana Sofia Rito Nobre (*substituída por Lídia Martins Ribas*); Patrícia Alexandra Ferreira Batista (*substituída por Manuel Augusto Alves Lousa*); Junta de Freguesia de Alfaiates (*representada pela secretária: Ana Matilde Matos Sousa*); Junta de Freguesia da Bendada (*representada pelo tesoureiro: Rui Paulo Vicente*).

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Rendo e de Aldeia do Bispo não estiveram presentes, nem representados, tendo enviado aos serviços correspondente justificação de ausência, que foi aceite pelo Presidente.

Hora de Abertura

Quinze horas.

Local

Auditório Municipal do Sabugal.

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

Antes da Ordem do Dia

Ponto 1 - Discussão e votação: Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 30-06-2023

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a respetiva ata. Não participaram na votação os Membros da Assembleia ausentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

Intervieram os seguintes membros:

O Sr. José Escada solicitou alteração à redação da ata, com a inclusão que havia apresentado declaração de voto, uma vez que enviou a declaração de voto respetiva em 28-04-2023 até ao fecho da redação da ata, e a eliminação do restante parágrafo.

O Sr. António Gata lamentou uma intervenção sua no período antes da Ordem do Dia, em que referiu que fora menos correto para com a dignidade da Assembleia e do Presidente da mesma. No entanto, nem a sua intervenção, nem a resposta do Sr. Presidente constavam na ata.

Foi proposta a seguinte alteração pelo Sr. António Serra, na página 94. Na sua intervenção deverá constar:

‘O Sr. António Serra referiu que não há, nem nunca houve urgência no Centro de Saúde do Sabugal, pois nos cuidados de saúde primários não há serviço de urgência. Existia sim, um serviço de atendimento permanente, que teve de mudar de designação e modo de funcionamento, mantendo-se o atendimento durante as 24 horas do dia, todos os dias do ano, mas com um modo diferente de funcionamento, o diurno é assegurado das 8h às 20h pelos médicos do Centro de Saúde, e há um atendimento complementar durante as noites, sábados, domingos e feriados, efetuados por médicos voluntários do Centro de Saúde, ou prestação de serviços de médicos externos ao Centro de Saúde. Não houve diminuição do horário, prestação de serviços à população, apenas foi reformulado o seu funcionamento.’

Em resposta, o Sr. Presidente da Assembleia aceitou a proposta de alteração do Sr. António Serra. Sobre a questão do Sr. António Gata referiu que não considerou a intervenção incorreta nem atentatória da dignidade da Assembleia e do Presidente, ficando a decisão final à consideração do Sr. António Gata. Tendo em conta a opinião do Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. António Gata considerou o assunto encerrado, aceitando a não inclusão da referida intervenção.

Sobre a declaração de voto do Sr. José Escada, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que não tinha justificação a eliminação do parágrafo em causa, mas que seria incluída a referência que o Sr. José Escada havia enviado a declaração de voto ajustada, cujo teor constará no anexo I da ata em apreço.

Ponto 2 - Expediente

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia procedeu à leitura do expediente.

Requerimentos:

Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do CDS, *para que o relatório de avaliação do grau de observância do direito de oposição e as respostas (nomeadamente a do CDS-PP) sejam ambos objeto de discussão pública*, cujo teor consta no anexo 1.

Sobre este requerimento, o Sr. Presidente da Assembleia clarificou que o relatório em causa, nos termos da lei, incide sobre o exercício do direito de oposição em relação ao órgão executivo, e não ao órgão deliberativo, sendo objeto de apreciação político-institucional pela assembleia e não objeto de deliberação da mesma.

Iniciada a apreciação do relatório, tomou a palavra, o Sr. Presidente da Câmara que referiu que o relatório elaborado cumpriu o que a lei determina.

Intervieram, os grupos municipais:

Pelo Grupo Municipal do PSD, o Sr. Carlos Borregana referiu que o Sr. José Escada vai continuar a acreditar que o direito de oposição o faz pertencer ao executivo e que vai continuar a aproveitar estes casos para intensificar os seus ataques a esta Assembleia e ao Sr. Presidente da Assembleia, acrescentado que o Sr. Presidente da Assembleia honrará o seu compromisso, na certeza que contará com o apoio da Assembleia.

Pelo Grupo Municipal do PS, o Sr. João Manso destacou o contributo e empenho do Sr. José Escada para que o relatório fosse realizado pela primeira vez. Abordou vários aspetos do relatório, bem como da constituição dos serviços intermunicipalizados, cujo teor consta no anexo 2, tendo questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre quais medidas da oposição havia implementado executivo em 2 anos de mandato.

Pelo Grupo Municipal da CDU, o Sr. João Manata referiu que a oposição deveria ser ouvida mais vezes e é positivo abordar este tema.

Pelo Grupo Municipal do CDS, o Sr. José Escada referiu que o balanço em termos de qualidade da democracia sabugalense e respeito do direito de oposição não é famoso. Desafiou o Sr. Presidente da Câmara a dar maior publicidade às reuniões públicas da Câmara, transmitindo online uma sessão por mês; ceder à oposição o espaço de uma página do Boletim Municipal; convidar a oposição para grupos de trabalho e solicitar que a Assembleia Municipal trate temas de interesse em sede de Comissão Permanente.

Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder.

Em resposta ao Grupo Municipal do PS, disse que concorda que o assunto da constituição dos serviços intermunicipalizados para a gestão dos serviços de abastecimento público é de vital importância para o município e refere que em assuntos de extrema importância para o concelho o sentido de voto do PS é sempre contra.

Em resposta ao Grupo Municipal do CDS referiu que apenas está aberto para discutir em Assembleia os documentos de vital importância para o concelho, lembrando que até à data nunca houve reuniões preparatórias para discutir as GOP's e orçamento, no entanto, será dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, enviando os documentos para conhecimento.

Intervio novamente:

Pelo Grupo Municipal do PS, o Sr. João Manso, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara referiu que não o pode acusar que não se esforçou no estudo dos documentos desse assunto para que a decisão fosse o mais sensata possível. Por último disse que o relatório devia ter sido feito pelo Sr. Presidente da Câmara e não pelos serviços.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Sr. João Manso representa um grupo, e acredita que tenha feito esse esforço. No entanto, lembrou que o processo da intermunicipalização foi uma orientação emanada pelo governo do PS.

Moções:

A) Apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, para *exigir ao governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação*, cujo teor consta no anexo 3.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a moção apresentada é uma proposta para deliberação, cujo conteúdo não é da competência da Assembleia, pelo que não podia ser admitida. Na sequência do esclarecimento, o Grupo Municipal da CDU retirou a moção.

B) Apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, sobre *a falta de médicos no Centro de Saúde do Sabugal*, cujo teor consta no anexo 4.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 21 abstenções, 3 votos contra e 32 votos a favor.

Intervieram, antes da votação, os seguintes grupos municipais:

Pelo Grupo Municipal do PSD, o Sr. Francisco Carvalho referiu que não é legítimo exigir ao governo a colocação de médicos, mas seria importante exigir ao governo que olhasse para o interior de uma vez por todas, porque o problema não é exclusivo na classe médica.

Pelo Grupo Municipal do CDS, o Sr. José Escada disse estar de acordo com a moção.

Pelo Grupo Municipal da CDU, o Sr. João Manata disse que têm o direito e o dever de exigir tudo e que é o Ministério da Saúde que tutela a ULS, como tal, não retiram nenhuma palavra da moção.

Pelo Grupo Municipal do PSD, o Sr. António Serra afirmou que o que fora dito revela falta de conhecimento, porque a ULS não tem autonomia para contratar médicos.

Pelo Grupo Municipal do PS, o Sr. João Manso referiu que o sentido de voto do Grupo Municipal do PS é favorável relativamente à moção da CDU, porque a falta de médicos é um problema grave e cabe ao poder central resolver o problema, associando-se ao que o Sr. Vereador Vítor Cavaleiro disse aquando da concentração que decorreu no Centro de Saúde.

Voto de congratulação:

A) Apresentada pelo Grupo Municipal do PS, pela *nomeação de Paulo Leitão Batista como Diretor Nacional do SEF*, cujo teor consta no anexo 5.

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 07 abstenções.

Intervieram, antes da votação, os seguintes grupos municipais:

Pelo Grupo Municipal do PSD, o Sr. Germano Fernandes referiu se o voto de congratulação implica votação ou associação a esse voto, associando-se, no entanto, a esse voto.

Em resposta, o Sr. Presidente da Assembleia referiu que o voto de congratulação seria objeto de deliberação.

Pelo Grupo Municipal do PSD, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos, João Nunes, questionou sobre o modo de votação, isto é, se a votação não teria

de ser por voto secreto, ao que o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que o voto de congratulação é pela nomeação do visado, pelo que não se exige votação secreta.

Pelo Grupo Municipal do CDS, o Sr. José Escada afirmou associar-se ao voto de congratulação, acrescentando o grau de dificuldade da função uma vez que terminar uma organização e fazer uma reestruturação é algo extremamente complicado.

Pelo Grupo Municipal da CDU, o senhor João Manata disse associar-se ao voto de congratulação, porque além de ser uma pessoa extremamente competente é um homem que ama a sua terra e bom amigo. Congratulou ainda o Grupo Municipal do PS pela iniciativa.

Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. António Serra procedeu à leitura da sua intervenção, onde abordou vários assuntos relacionados com a saúde, o centro saúde, a sua carreira na área e mostrou o seu descontentamento do que foi dito na concentração no dia 1 de setembro no Centro de Saúde, cujo teor consta, na íntegra, no anexo 6.

O Sr. Manuel Lousa questionou o Sr. Presidente sobre o ponto de situação das obras em execução no Sabugal; sobre a gestão da água da barragem do Sabugal perguntou o que está a ser feito ao nível da gestão da água, se houve alguma reunião com entidades e como é que se perspectiva o futuro da gestão da água da barragem.

O Sr. Francisco Carvalho congratulou o município pela menção do Dia Internacional da Juventude no Boletim Municipal. Na sequência do assunto referiu que ainda não havia sido realizado o Conselho Municipal da Juventude. Contudo, no dia 25 de julho, 3 membros da Assembleia (Francisco Carvalho, João Nunes e João Duarte) receberam a convocatória para o Conselho Municipal da Educação em que referia que houvesse acordo entre os 3, no entanto, isso não é possível porque a Lei Municipal da Juventude determina que o representante no conselho tem de ser eleito e é um direito de todos os membros do conselho Municipal da Juventude participar nessa eleição. Em suma, questionou até que ponto foi prática anteriormente.

Por último, parabenizou a atleta Maria Ribeiro por mais um campeonato Europeu em Judo; parabenizou a organização da capeia na Lageosa, Forcalhos, Aldeia Velha e Concurso, que tiveram assistência médico-cirúrgica e alertou para falta de manutenção dos passadiços do Rio Côa, que se encontram degradados.

O Sr. Presidente da União de Freguesias de Santo Estêvão e Moita, Joaquim Valentim deu a conhecer a realização da primeira edição do evento “Bruxas à Solta” no Terreiro das Bruxas, em parceria com a Associação Recreativa da Moita e com o apoio da Câmara Municipal, nos dias 13 e 14 de outubro, e convidou todos os membros a participar no evento.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Soito, Tiago Nabais referiu que, sobre o apoio às famílias na mensalidade das creches, o Município tem apoiado em cerca de 40 €/mês (cerca de 47 mil €/ano), no entanto, o governo implementou a gratuidade das creches a partir do próximo ano. Este ano, o Município apoiará as famílias em cerca de 10 mil euros (não contempla valores da Cerdeira, apenas do Soito e do Sabugal). Sobre o assunto, questionou o Sr. Presidente se pode ser considerado o pagamento integral da CAF de infância. Sobre as férias escolares, referiu que os pais precisam de uma solução para os períodos de interrupção letiva, que, na sua freguesia, tentam ser colmatados pelas associações locais e Junta de Freguesia, mas que deveria ser assegurada pelo Município. Acerca do assunto, perguntou se alguma vez se preocuparam em dar esta resposta ao 1.º ciclo e se os encarregados de educação foram auscultados para saber as suas necessidades e quais os resultados da auscultação.

Pelo Grupo Municipal do PS

A Sr.ª Silvina Vaz, deu os parabéns às associações, mordomias e comissões de festas que organizaram eventos ao longo dos meses de julho, agosto e setembro, bem como nos outros meses e também à Câmara Municipal do Sabugal, que contribuiu e apoiou a maioria destes eventos, que são cada vez mais diversificados.

Referiu ainda, na sequência do primeiro evento público do projeto de desenvolvimento territorial ‘Algu do Sabugal, Bom por Natureza’ que seria importante certificar a carne de vaca, borrego/cabrito e outros produtos locais, tal como a castanha, pois possibilitaria um aumento do rendimento dos produtores e também uma maior procura nos nossos estabelecimentos comerciais e de restauração, dinamizando a economia do concelho.

Por último, sugeriu a criação de um espaço com tempo limitado, no Mercado Municipal, para que as pessoas possam carregar ou descarregar os seus produtos sem congestionar o trânsito e sem terem de percorrer grandes distâncias e alertou para a necessidade de colocação de rede no morro atrás do Mercado Municipal, para evitar a queda de pedras.

A Sr.ª Mariana Bárrios colocou três questões ao Sr. Presidente da Câmara sobre a constituição dos serviços intermunicipalizados de gestão de água, do saneamento, das águas residuais e das águas pluviais, aprovado na última sessão: qual o número de trabalhadores do setor das águas da Câmara Municipal do Sabugal que querem integrar os serviços intermunicipais? Os 4 municípios já escolheram a equipa que vai formar o conselho de administração? Já há previsão de uma data para o início da gestão dos serviços intermunicipais?

A Sr.ª Alexandrina Dias abordou o início do ano letivo 2023/2024 e os problemas que afetam a educação, e questionou o Sr. Presidente da Câmara se as AEC’s vão funcionar em todas

as escolas do 1.º ciclo. Realçou, pela positiva, a colocação de mais uma professora na escola do 1.º Ciclo do Soito e abordou a importância de os alunos do pré-escolar e do 1.º Ciclo usufruírem de 1 ou 2h por período de aulas de natação, uma vez que há crianças que não têm a possibilidade de usufruir da piscina com os pais.

O Sr. Alexandre Gonçalves procedeu à leitura da sua intervenção, com o tema ‘Cidades Educadoras’, cujo teor consta no anexo 7.

O Sr. José Pires Manso questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre qual a estratégia que o Município está a seguir sobre a política das acessibilidades ou infraestruturas de ligação seguidas pela Câmara Municipal do Sabugal no interior do concelho e nas ligações do concelho ao exterior (concelhos vizinhos e Extremadura espanhola), assim como principais vias rodoferroviárias nacionais. Questionou também sobre o ponto de situação das obras da estrada Sabugal-Guarda, cuja dotação financeira, de 4 milhões de euros, foi anunciada há cerca de 2 anos, mas ainda não iniciou.

Pelo Grupo Municipal Cidadãos Eleitores

O Sr. Presidente da Junta de Sortelha, Jorge Lourenço, agradeceu ao executivo e aos funcionários pelo trabalho e empenho na 11.ª edição do Muralhas com História. Referiu que a ligação à aldeia histórica, bem como 90% das estradas de Sortelha, estão deterioradas e que seria importante que Dirão da Rua tivesse fornecimento de água potável constante e de forma plena.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata referiu que tem ouvido o descontentamento de várias pessoas pela alteração da localização do mercado quinzenal e sugeriu que se repensasse regressar todo no mesmo espaço, junto ao Centro de Saúde.

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP

O Sr. José Escada questionou o Sr. Presidente da Câmara se a Câmara tem em aplicação algum canal que possibilite a apresentação de denúncias externas ou internas. E se tem, perguntou se o canal garante o anonimato ao denunciador se este assim o pretender.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que respondeu:

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PSD:

Sobre a intervenção do Dr. Serra disse ter sido uma intervenção elaborada e sentida, esclarecendo o que aconteceu no dia 1 de setembro, não tendo passado uma imagem positiva

e referiu que o Centro de Saúde está a funcionar normalmente, tendo concedido a palavra à Sr.^a Vice-Presidente para esclarecer sobre o que foi abordado na reunião com a ULS, tendo dito que o bem-estar da população é uma preocupação do Município. Na reunião com a ULS foi-lhe dito que haveria 2 médicos que regressariam ao território e uma das questões colocadas é porque deixam sair médicos sem os substituir, e a resposta da ULS é que a possibilidade de os médicos se movimentarem é de uma ordem que se a ULS não os tentar reter, nem que seja noutros concelhos, eles saem da ULS da Guarda. Também é importante ter alguma contenção para quem tem e ocupa lugares de responsabilidade naquilo que diz e faz, pelo impacto que causa na população.

Proseguiu o Sr. Vereador Amadeu Neves para responder às questões do Sr. Francisco Carvalho, tendo dito que o Conselho Municipal da Juventude é uma lacuna e ainda não houve reunião porque no dia 30-03-2023 foi enviado um e-mail para estruturas partidárias a solicitar indicação do membro para se convocar, e não foi obtida resposta.

Sobre o Conselho Municipal de Educação, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara disse que não havendo Conselho Municipal da Juventude e tendo de haver um representante no Conselho Municipal de Educação, os serviços consideraram mais adequado convocar as três pessoas do Conselho Municipal da Juventude e daí sair um representante.

O Sr. Presidente da Câmara continuou dizendo que a Maria Ribeiro já nos habituou aos seus títulos e todos têm um carinho especial por ela.

Sobre a assistência médica das capeias, congratulou as Juntas de Freguesia que implementaram a assistência médica, no entanto, não houve consenso nas Juntas de Freguesia, mas é uma questão que tem de ser mais trabalhada a nível distrital. Evidenciou que foram implementados os planos municipais de segurança e proteção, e mediante os relatórios técnicos, os planos serão melhorados.

Acerca do passeio pedonal aguarda-se o término das obras da praia fluvial, para requalificar alguns problemas identificados.

Sobre o evento Bruxas à Solta, felicitou a União de Freguesias de Santo Estevão e Moita pelo evento 'fora da caixa' e estarão presentes para participar e colaborar.

Acerca dos recursos hídricos, já decorreu a 2.^a reunião com a equipa de trabalho, em que participou a DGADR (dona e gestora da barragem); sobre as obras a decorrer no âmbito do PARU não estão a decorrer como se desejaria, mas é uma situação transversal ao país, devido à falta de mão-de-obra e atraso de materiais, no entanto, é expectável que estejam terminadas no final do ano.

A Sr.^a Vice-Presidente retomou a palavra para falar dos recursos hídricos e da 2.^a reunião sectorial, em que disse que as reuniões são promovidas no âmbito do estudo que está a ser feito sobre os recursos hídricos - barragem do Sabugal e barragem do Meimão. Participam nas reuniões as entidades: APPA, DGADR, DRAPC, Águas Lisboa e Vale do Tejo e Associação de Beneficiários da Cova da Beira. Com este estudo exige-se que sejam estabelecidas regras de transvase, que haja contrapartidas para o território, que a CMS seja chamada nas tomadas de decisão relativamente à água da barragem e que haja uma

reavaliação do contrato de concessão. Na terceira fase haverá uma apresentação, de forma a discutir o assunto mais pormenorizadamente.

Sobre o apoio anual a famílias com crianças na creche transporte, fichas, alimentação, bolsas de estudo ao ensino superior e outras, o Sr. Presidente da Câmara referiu que os valores rondam os 300 mil euros, sendo a questão das férias uma preocupação que já nos foi transmitida, e essa situação está a ser estudada para que possa ser dada resposta às famílias. Ainda sobre este tipo de apoios, a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara disse que o valor no apoio às creches ronda os 20 mil euros, e uma vez que o Estado implementou a gratuitidade das creches, o valor despendido poderá ser canalizado para outras faixas etárias. As CAF's são responsabilidade das autarquias, mas não tem de ser só responsabilidade das autarquias, sendo que a Câmara do Sabugal tem procurado concretizar protocolos de colaboração com entidades locais para o desenvolvimento destas atividades; e se há essa necessidade no Soito é preciso colocar essa hipótese em cima da mesa e procurar uma entidade no Soito que colabore para que se desenvolva esta resposta.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do PS:

Sobre a realização das capeias e festas congratulou-se pelas associações e mordomias responsáveis pela organização. Acerca da marca 'Algu' é um processo complexo e vai ser criado um selo identitário para colocar nos produtos do concelho. Agradeceu o alerta da Sr.^a Silvina Vaz do Mercado Municipal e referiu que os técnicos irão avaliar a necessidade de colocar rede no morro.

Acerca das questões da Sr.^a Mariana Bárrios, disse que, após reunião com a ERSAR, concluiu-se que há questões do acordo que terão de ser melhoradas, ou seja, terão de ser remetidas novamente à Assembleia Municipal. Sobre os funcionários, não estando o serviço constituído, essa questão não está concretizada, não sendo, os funcionários obrigados a integrar o serviço intermunicipalizado.

Sobre as AEC's a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara disse que o objetivo é que haja AEC's em todas as escolas, mas houve dificuldades que se estão a tentar corrigir, para que as crianças não sejam prejudicadas.

Por último, o Sr. Presidente da Câmara felicitou o Sr. Alexandre Gonçalves pelas intervenções e projetos que tem tido e vai equacionar essa questão.

Acerca das obras da estrada de ligação à Guarda, não são 4, mas sim 5 milhões que estão definidos, mas vai ser marcada uma reunião com as Infraestruturas de Portugal para apresentação do projeto e tentar que o Ministro das Finanças liberte mais verba.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal Cidadãos Eleitores:

Sobre a estrada de ligação a Sortelha, aguarda-se o dinheiro do empréstimo para requalificar essa estrada e outras.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Disse que o mercado irá ficar localizado junto ao Centro de Saúde.

Às questões levantadas pelo Grupo Municipal do CDS:

Sobre o canal de denúncia, disse que existe um canal de denúncia do Município, uma vez que é obrigatório.

ORDEM DO DIA

Ponto 01 – Discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a Junta de Freguesia de Alfaiates.

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 8942, datada de 14-07-2023, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a Junta de Freguesia de Alfaiates**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar os primeiros 4 pontos em conjunto, tendo dito que dizem respeito a contratos interadministrativos ao apoio para vigilância das praias fluviais nas localidades de Alfaiates, Badamalos, Quadrazais e Rapoula do Côa.

Não houve intervenções por parte dos grupos municipais.

Ponto 02 – Discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos.

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 8945, datada de 14-07-2023, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos pontos 2, 3 e 4 em simultâneo com o ponto 1.

Não houve intervenções dos grupos municipais.

Ponto 03 - Discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a Junta de Freguesia de Quadrazais.

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 8949, datada de 14-07-2023, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a Junta de Freguesia de Quadrazais**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos pontos 2, 3 e 4 em simultâneo com o ponto 1.

Não houve intervenções dos grupos municipais.

Ponto 04 - Discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a Junta de Freguesia de Rapoula do Côa

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 8953, datada de 14-07-2023, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município do Sabugal e a Junta de Freguesia de Rapoula do Côa**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à apresentação dos pontos 2, 3 e 4 em simultâneo com o ponto 1.

Não houve intervenções dos grupos municipais.

Ponto 05 - Discussão e votação do plano de amortização e pagamento de juros do empréstimo de médio e longo prazo no valor de 3.160.000,00 €.

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 9739, datada de 26-07-2023, referente à **prorrogação do prazo do empréstimo de médio e longo prazo no valor de 3.160.000,00 €, deliberou**, por maioria, **com 1 voto contra do Sr. José Escada, com declaração de voto**, cujo teor consta no anexo 8, **17 abstenções e 40 votos a favor, ratificar o novo plano de amortização e pagamento de juros**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. Pelo Sr. Presidente da Junta da Rebolosa foi apresentada declaração de voto, cujo teor consta no anexo 9.

O Sr. Presidente da Câmara disse que na sequência da prorrogação de prazo do empréstimo, por portaria, que permite que o empréstimo seja usado até 2026, houve alteração do plano de amortização e pagamento de juros, sendo necessária a sua deliberação em Assembleia.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que era importante fazer a apresentação do assunto, nomeadamente, a sua aprovação à data de conclusão inicial e data de conclusão após prorrogação. Referiu que os juros terão um custo de 2.160.334,00€. Deu nota que na obra das margens do Côa Entre-Pontes 2.^a fase ainda tem por utilizar 591.253,82€; na obra das estruturas de recreio e lazer está por utilizar a totalidade do valor (500.000,00€); na aquisição de terrenos para as infraestruturas da barragem – turismo e lazer está por utilizar 96.400,00€ dos 100.000,00€; na obra da entrada sul está por utilizar 454.125,62€. Em suma, questionou o Sr. Presidente se se pode concluir que há obras que estão a decorrer e estão atrasadas e há outras obras que ainda não começaram; se é mais fácil pedir à Assembleia a aprovação da prorrogação do que executar as obras e porque é que ainda não foi retirada a verba da aquisição da Dache.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata disse que o grupo municipal da CDU se iria abster porque ainda estava incluído no empréstimo o valor da Dache.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada referiu que a informação é um poço de dúvidas e de indefinições, onde sobressai a repetida afirmação ‘salvo melhor opinião’ e com quadros pouco esclarecedores, pelo que colocou 5 questões ao Sr. Presidente da Câmara: **1.** Se foi dado conhecimento ao tribunal e se foi consultada a IGF; **2.** Se o contrato deixar de ser válido os juros, já pagos, vão voar se o tribunal de contas e/ou a IGF se manifestarem contra e a quanto poderá chegar esse valor; **3.** Onde foram gastos os 710.000,00€ referidos no quadro da informação ‘ponto de situação’; **4.** Considera razoável a taxa de juro variável à Euribor a 6 meses acrescida de 1% o que, em julho, perfazia 5%; **5.** Considera razoável, a meio do mandato, assinar um empréstimo com período de carência até meados de 2026 e com término a meados de 2035 ou o Sr. Presidente aplica a máxima, quem vier a seguir que feche a porta.

Em resposta às questões levantadas, o Sr. Presidente da Câmara disse que sobre as obras que não arrancaram, foi a que referiu anteriormente e explicou que não estão a conseguir acordar com os proprietários dos terrenos, não podendo arrancar com a obra. E explicou

que os pagamentos apenas podem ser efetuados à medida que os autos de medição são realizados. Quanto à verba da Dache não pode ser retirada porque o processo ainda está a decorrer. Sobre a informação técnica disse que o serviço do Município que trata deste tipo de questões está muito atento e apesar de não ser necessário o envio para o Tribunal de Contas, será enviado. Sobre a taxa de juro é aquela que está contratada e não pode ser alterada. Por último, realçou que o que está em causa é o plano de amortização e pagamento de juros.

Interveio novamente o Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso disse que se somar 1.641.779,44€ + 710.000,00€, perfaz cerca de 2.351.779,00€ que ainda não foram utilizados, estando a Câmara a pagar juros desde 2019 e referiu que na Assembleia Municipal de setembro de 2020, foi feita uma alteração ao contrato deste empréstimo, e eliminaram o Centro Náutico que tinha uma verba alocada de 1.000.000,00€ para a Entrada Sul, com o mesmo valor.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que os juros do empréstimo apenas serão pagos quando o empréstimo for utilizado. Sobre o contrato, referiu que o mesmo foi alterado porque as estratégias alteram.

Ponto 06 - Discussão e votação da correção de cabimento prévio de encargos com base no Índice de Preços do consumidor sem habitação do Contrato Piloto de Gestão de Eficiência Energética a celebrar pela Câmara Municipal do Sabugal.

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 8725, datada de 07-07-2023, referente à **correção de cabimento prévio de encargos com base no Índice de Preços do consumidor sem habitação do Contrato Piloto de Gestão de Eficiência Energética a celebrar pela Câmara Municipal do Sabugal, deliberou, por maioria, com 1 voto contra do Sr. José Escada, com declaração de voto**, cujo teor consta no anexo 10, **aprovar a correção de cabimento**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que no início de 2017 havia sido celebrado o contrato que permitiu substituir as luminárias por tecnologia LED sem custos efetivos, sendo pagos anualmente e a lei prevê uma atualização de 1,0306% relativamente à renda que a Câmara líquida mensalmente, passa de 29.829€ para 30.741€, sendo necessário corrigir o cabimento, pelo que se pretende que a Assembleia delibere sobre a correção de cabimento.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada disse não conhecer o contrato por não ter sido disponibilizado e que o mesmo foi assinado em 2017 por uma assembleia que não era a atual e referiu que a informação evidencia poupanças na ordem dos 80 mil euros/ano, no entanto a renda anual a ISETE passará a ser de 370 mil euros. De seguida, colocou três questões: **1.** Por que razão a informação não é suportada pelo responsável da Divisão Serviços de Manutenção; **2.** Considera razoável que um contrato deste tipo se traduza em responsabilidades 5,2 milhões de euros ao longo de 12 anos; **3.** Não será altura de colocar novo concurso com um caderno de encargos mais ajustado ao tempo e no modo.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse não ter nada a acrescentar.

Ponto 07 - Discussão e votação da Participação Variável no IRS.

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação n.º 10797, datada de 21-08-2023, referente à participação variável no IRS, **deliberou**, por maioria, **com 42 votos a favor, 06 votos contra e 08 abstenções, prescindir da participação de IRS (até 5%) para o ano de 2024.**

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara começou por dizer que foi deliberado, pelo executivo, manter a devolução da participação de 5% aos munícipes, o que corresponde a cerca de 352 mil euros/ano, devido à situação económica que o país vive.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta do Soito, Tiago Nabais, afirmou que embora seja uma medida de apoio, não considera uma medida equitativa. Referiu ainda que em vez de 5%, se o Município devolvesse 3%, permitiria que os valores remanescentes reforçassem a política de apoio à educação (possibilitar a gratuidade da CAF na infância, assumir a CAF no 1.º Ciclo e apoio no pagamento de propinas) e às famílias. Por último disse que embora usufrua desta medida, o seu voto será contra.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso disse fazer suas as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente devido à situação económica que as famílias de classe média e seria bom que as pessoas pudessem ser recompensadas com 5%, mas não se oporia que, no próximo ano, o executivo Camarário apresentasse a proposta referida pelo Presidente da Junta do Soito.

Grupo Municipal do CDU

O Sr. João Manata disse subscrever as palavras do Partido Socialista.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que são questões que se levantam todos os anos, e que se pode optar, no futuro, a devolução de 2% ou 3%, no entanto, não é possível afetar verbas, mas há outras formas de o fazer. Disse também que poderá ser criado um grupo de trabalho que se debruce sobre este assunto de forma a encontrar uma solução equilibrada.

O Sr. Presidente da Assembleia reiterou o afirmado em anos anteriores sobre esta matéria, na medida em que considerava recomendável uma reflexão por parte da Câmara Municipal que tenha em conta uma afetação da verba, de forma que uma parte possa alavancar projetos estratégicos para o concelho, pelo que votaria contra a proposta.

Ponto 08 - Discussão e votação da Taxa Municipal de Direito de Passagem.

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação n.º 10799, datada de 21-08-2022, referente à Taxa Municipal de Direito de Passagem a aplicar para o ano de 2024, nos termos do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro “Lei das Comunicações Eletrónicas”, alterada pelo Decreto – Lei n.º 92/2017, de 31 de julho, **deliberou**, por unanimidade, **manter a taxa em vigor de 0%**, viabilizando a sua inclusão na Tabela de Taxas a aprovar para vigorar em 2024.

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, em Reunião de Câmara, foi deliberado manter a taxa 0 de forma a não penalizar o consumidor final.

Não houve intervenções dos grupos municipais.

Ponto 09 - Discussão e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis – Prédios urbanos.

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 12158, datada de 19-09-2023, referente a “Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – prédios urbanos” a que refere a alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para o ano 2024 a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade:

- **Manter** as taxas no valor mínimo: Prédios Urbanos – 0,3 %;

- **Aprovar a redução da taxa, prevista no artigo 112-A.º do diploma acima mencionado (aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março), da seguinte forma:**

| Número de dependentes a cargo | Dedução fixa em € |
|-------------------------------|-------------------|
| 1 | 20 |
| 2 | 40 |
| 3 | 70 |

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara disse manter a taxa mínima, 0,3% nos prédios urbanos e a questão do agregado familiar (20€ para 1 dependente, 40€ para 2 dependentes e 70€ para 3 dependentes). Referiu ainda que a majoração nos prédios urbanos degradados não foi deliberada porque o levantamento dos prédios urbanos degradados não está finalizado, pelo que não poderia ser comunicado à Autoridade Tributária.

Intervenção do Grupo Municipal do PS

O Sr. Filipe Nunes disse não ser necessário ter o estudo completo para identificar quais os prédios em ruínas, porque o tempo que vai demorar para finalizar o estudo vai haver mais prédios em ruínas, e que se vota uma majoração, da qual não se sabe qual é o efeito e questionou qual o tempo que se estima para que esse estudo fique concluído.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que será o mais rapidamente possível e quanto à majoração não será votada precisamente pelo facto de não ter efeito.

Numa nova ronda, o Sr. João Manata disse ser necessário pensar que há muita gente com casas degradadas sem dinheiro para as recuperar.

Ponto 10 - Discussão e votação da Repartição de Encargos referente à contratação do serviço de ‘Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos’.

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 10906, datada de 23-08-2023, a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 2 votos contra do Grupo Municipal da CDU, 2 abstenções e 54 votos a favor, **aprovar a repartição de encargos referente à contratação do serviço de ‘Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos’**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a recolha de resíduos sólidos urbanos é efetuada por uma empresa, estando o contrato a terminar, sendo, por isso, necessário abrir novo procedimento, para um período de 3 anos, com um custo de 747.000,00€ + IVA. O que está em discussão é a repartição de encargos, prevendo-se a despesa da seguinte

forma: para 2023 – 41.500,00€ + IVA; 2024 -249.000,00€ + IVA; 2025 – 249.000,00€ + IVA e 2026 – 207.500,00€. Referiu que, no âmbito da intermunicipalização do serviço de águas públicas de altitude, um dos objetivos é a gestão da recolha dos resíduos sólidos urbanos.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Tiago Nabais, disse que votaria a favor, mas solicitou ao executivo que, independentemente da empresa que ganhe, sejam mais fiscalizadores.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que o serviço da atual empresa não respeitou o caderno de encargos, os municípios têm muitas queixas, quer por falta de recolha, quer por falta de higiene dos contentores, sendo o problema recorrente.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata disse que deviam ser usados meios próprios e não recorrer a empresas privadas, pelo que o voto do grupo municipal da CDU seria contra.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada referiu que a marca do concelho é a natureza, a qualidade ambiental, a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, pelo que a marca aporta responsabilidade à autarquia em todos os domínios ambientais, muito particularmente em termos de tratamento e recolha de RSU. Questionou o Sr. Presidente que inovações/melhorias se encontram no caderno de encargos que: **1.** traduzam economia e criação de valor; **2.** visem promover a redução de resíduos, a reutilização de produtos, a reciclagem, a compostagem, a Economia Circular; e **3.** qual a avaliação do desempenho do prestador de serviço.

Respondendo às questões, o Sr. Presidente da Câmara referiu que está a ser elaborado um relatório de penalização à empresa e o atual caderno de encargos é muito mais exigente nesse sentido. Não é possível usar meios próprios neste serviço e ficaria mais dispendioso.

Disse ainda que o contrato prevê medidas ambientais, mas não se deve confundir recolha de RSU com a recolha dos ecopontos, feita por outra empresa, que tem campanhas de sensibilização. E há uma candidatura, no âmbito da CIM-BSE, que será implementada brevemente para recolha de bio resíduos.

Ponto 11 - Discussão e votação da informação referente ao apoio auxiliar nas escolas e jardins de infância – Tarefeiras.

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º10107, datada de 02-08-2023, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **aprovar a Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências**, com a União das Freguesias de Sabugal e Aldeia de Santo António, a Junta de Freguesia de Aldeia Velha, a Junta de Freguesia de Cerdeira e a União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas, **para Apoio Auxiliar nas EBI do Concelho do Sabugal e despesas inerentes – ano letivo 2023/2024**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a questão ainda não está resolvida a nível de procedimento concursal, pelo que é necessário a atribuição de horas de apoio auxiliar aos estabelecimentos de ensino de Aldeia de St.º António, Aldeia Velha, Cerdeira, Ruvina e Sabugal. De seguida, concedeu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, que disse que era preferível não terem de se fazer os contratos interadministrativos e que em 2024 será aberto o concurso para que no próximo ano letivo não haja tarefeiras nas escolas do Sabugal.

Interveio o Grupo Municipal do PSD

O Sr. Tiago Nabais disse votar a favor, referiu estar satisfeito por saber que o município irá resolver o assunto e explicou que a freguesia do Soito não aceitou a transferência de competências por considerar que o município tem mais recursos e melhores condições que as freguesias, e agradeceu ao município que tenha sido assegurado o início do ano letivo no Soito, independentemente da concretização do concurso.

Ponto 12 - Discussão e votação da adesão à Destinature - Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza (Associação de direito privado sem fins lucrativos).

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º11794, datada de 11-09-2023, a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 2 votos contra, **autorizar a adesão à Destinature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza (Associação de direito privado sem fins lucrativos)**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Sr. Vereador Amadeu Neves, tendo dito que é uma associação que faz a gestão do Prover da Inature, gerido em

consórcio pelas diferentes Câmaras e que rege os destinos de turismo da natureza da região centro em áreas protegidas, dando como exemplos atividades já realizadas (Travessia Noturna, Trail Terras do Lince, Festival Mapas, Projeto entre Serras, Birdwatching). Esclareceu ainda, que a adesão à assembleia da associação permite que possa haver um papel mais ativo no destino da distribuição das verbas do próximo Prover, sendo o valor da quota de 900€/ano.

Intervenção o Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada disse que a Destnature é uma associação de desenvolvimento que vai a todo o lado, tem sede no Fundão, autarquia do PSD, foi criada no Cartório Notarial de Gouveia, autarquia do PSD e em termos de órgãos sociais o Sabugal apenas aparece como 1º secretário.

Colocou três questões ao Sr. Presidente da Câmara: i) Tantas agências de desenvolvimento regional a tentar fazer o mesmo não se atrapalham umas às outras? ii) Acha mesmo que o Sabugal ganha alguma coisa em aderir à Destnature; iii) A quantas agências de desenvolvimento já aderiu o Sabugal para além da Territórios do Côa? Com que resultados?

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que era importante evitar esse tipo de comentários políticos.

Ponto 13 - Discussão e votação do Programa de Habitação a Custos Acessíveis/Acordo de colaboração entre CIM-BSE, Câmara Municipal do Sabugal e IHRU.

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 12153, datada de 18-09-2023, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **autorização a proposta de celebração de todos os Acordos de Colaboração a estabelecer, no âmbito do Programa/Projeto de Habitação a Custos Acessíveis, entre a Câmara Municipal do Sabugal, a CIM-BSE e o IHRU, IP., bem como todos os procedimentos necessários à sua implementação**, nos termos das disposições combinadas constantes na alínea k) do ponto 1 do art. 25.º e alínea m) do ponto 1 do art. 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que é necessário votar os acordos de colaboração a celebrar entre a CIM-BSE, IHRU I.P. e cada um dos municípios, no âmbito do programa/projeto de habitação a custos acessíveis. Aquando do mapeamento das necessidades do território foram identificadas 24 habitações, mas, por enquanto, apenas há financiamento para 12 habitações. As habitações localizam-se na zona histórica de forma a poder requalificar algum edificado degradado: 5 T0, 3 T1 e 4 T2, num investimento de

1.300.000,00€ que o IHRU vai disponibilizar para a aquisição, projeto, avaliações e obras. No final, integrarão uma bolsa e depois haverá candidaturas, sendo a renda fixada pelo IHRU. Se a renda fixada for considerada elevada, a Câmara pode subsidiar parte desse valor.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Tiago Nabais disse estar satisfeito com o projeto apresentado, uma vez que a questão da habitação e arrendamento é um problema no concelho, e questionou o Sr. Presidente da Câmara porque é que o Sabugal fora tão penalizado pela CIM.

O Sr. Francisco Carvalho reiterou o que foi dito pelo Sr. Tiago Nabais e questionou o Sr. Presidente da Câmara se as bolsas de arrendamento estão vocacionadas para habitação permanente ou se é possível destinarem-se a estudantes deslocados, na eventualidade de haver cursos do IPG no Sabugal, ou a outro qualquer tipo de situação. Referiu também da importância de abranger mais localidades neste tipo de bolsas porque a falta de mercado de arrendamento é impeditiva para a fixação de trabalhadores nas IPSS's.

Grupo Municipal do PS

O Sr. Alexandre Gonçalves saudou a intervenção do Sr. Presidente da Câmara na hipótese de apoiar nas rendas, na eventualidade de as mesmas serem consideradas elevadas.

A Sr.^a Marisa Martins questionou o Sr. Presidente da Câmara se houve alguma sondagem com os Presidentes das Juntas, no sentido de reabilitarem algumas habitações, porque é uma das causas para a não fixação de empregos nos lares e referiu que era importante o apoio no pagamento de rendas, porque com o investimento feito pelo IHRU, as rendas terão valores astronómicos.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata reiterou o que fora dito pelos restantes membros e congratulou o Sr. Presidente da Câmara pela iniciativa incidir na zona histórica do Sabugal.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada congratulou-se pelas palavras do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. João Manata.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que assinaram um acordo com o governo de 84 milhões de euros, sendo esta a primeira fase, em que todos os municípios têm o problema de não conseguirem executar todo o programa que queriam, e o que nos foi dito é que poderá haver uma segunda fase. Referiu que ainda não foram identificados imóveis fora do Sabugal e que numa segunda fase poderá ser criada uma bolsa de habitações nas aldeias do concelho. Sobre a eventualidade de haver cursos do IPG no Sabugal, o objetivo é que fiquem no Sabugal, estando a Câmara em negociações com o IPG, no entanto, o programa não é para estudantes, devido ao valor das rendas.

Ponto 14 - Discussão e votação da desafetação de área de terreno do domínio público para o domínio privado do Município.

Deliberação: Face à informação registada sob o n.º 12074, datada de 15-09-2023, Câmara deliberou, por unanimidade, **autorizar a desafetação de 3.445,46 m² do domínio público para integração no domínio privado do município**, permitindo assim efetivar a cedência de 3.445,46 m² referentes à atual 'zona verde', necessária para alteração do lote/loteamento, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o que se propõe é a desafetação de terreno do domínio público para o domínio privado do Município. Explicou que empresa Viúva Monteiro pretende deslocar a sua empresa para esse local, que neste momento serve de estacionamento, tendo já apresentado o projeto. No entanto, há uma parte do terreno que era considerada zona verde e equipamento, e o que se pede é que essa parte seja desafetada e que passe a integrar o domínio privado do município, para ceder, em regime de comodato, à empresa, para construção da sede.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso começou por dizer que a empresa Viúva Monteiro e Irmão, Lda. é uma empresa emblemática do concelho, identifica as nossas terras e leva o nome do Sabugal por todos os locais onde os autocarros se deslocam. De seguida, colocou 4 questões: **1.** O espaço já está a ser utilizado pela empresa, tem uma área verde que nunca foi ajardinada, mas que tem a função de delimitar a área industrial da habitacional; **2.** A área verde desaparece? Vai ser substituída por outra? Já foram ouvidos os moradores da zona em causa? **3.** É importante que no local não estejam estacionados autocarros em fim de vida; **4.** Se as instalações da empresa mudarem para este local, será importante que a Câmara e a administração da empresa, tenham em atenção as oficinas da cidade.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que não há nenhuma zona verde neste momento. No entanto, a zona verde será tida em conta no processo de ampliação do antigo parque industrial, e penso que neste procedimento não seria necessário auditar as restantes empresas. A atual oficina será para restaurar para um equipamento.

Ponto 15 – Distinções Honoríficas

A) Proposta de Atribuição de Medalha de Ouro do Município do Sabugal: Sr.ª Doutora Natália Brito Correia Guedes

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12229, datada de 19-09-2023, **deliberou**, através de escrutínio secreto, **aprovar a atribuição de Medalha de Ouro do Município do Sabugal à Sr.ª Doutora Natália Brito Correia Guedes:**

Votos a favor: 54

Votos contra: 00

Abstenções: 03

Voto Branco: 01

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a Sr.ª Doutora Natália Brito Correia Guedes dispensa apresentações e que pelo seu currículo, é merecido o seu reconhecimento, tendo sido aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara. E apelou ao voto unanime dos membros da Assembleia.

Intervieram os Grupos Municipais, abordando as duas atribuições em conjunto.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso apelou para que ambas as propostas fossem votadas favoravelmente relembrando que a Sr.ª Dr.ª Natália é professora universitária e neta de Joaquim Manuel Correia e que o Sr. Tenente-Coronel Orlindo esteve presente no auditório do Sabugal, no dia 30 de Março, onde deu uma palestra juntamente com dois capitães de Abril

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata apelou à votação unanime das duas propostas. Sobre o Sr. Tenente-Coronel Orlindo Pereira disse ter sido seu subordinado, na vida militar e nunca viu nenhum soldado dizer uma palavra contra ele. Realçou que além de oficial de Abril, é seu amigo, foi seu comandante, a quem agradece e deve muito.

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada associou-se aos apelos feitos e congratulou a Câmara pelas personalidades escolhidas, pelo facto de haver igualdade de género e desafiou que fossem homenageadas pessoas que se distinguissem no concelho.

B) Proposta de Atribuição de medalha de Mérito Cívico do Município de Sabugal ao Sr. Tenente-Coronel Orlindo Pereira

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12222, datada de 19-09-2023, **deliberou**, através de escrutínio secreto, **aprovar a atribuição de Medalha Mérito Cívico do Município de Sabugal ao Sr. Tenente-Coronel Orlindo Pereira:**

Votos a favor: 54;

Votos contra: 01;

Abstenções: 02;

Voto Branco: 01.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Sr. Tenente-Coronel Orlindo Pereira havia sido recentemente condecorado pelo Sr. Presidente da República, mas pelo seu currículo entendeu-se que reunia condições para o seu reconhecimento.

Ponto 16 - Prémio Literário Manuel António Pina. (Assunto agendado pelo Grupo Municipal do PS).

Deliberação: Face à proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, e depois de auscultar os representantes dos Grupos Municipais, a Assembleia deliberou, por unanimidade, agendar o assunto para a próxima sessão ordinária.

A Sr.^a Alexandrina Dias lembrou que dia 18 de novembro o Sr. Manuel António Pina faria 80 anos e que a Medalha de Mérito lhe foi atribuída no dia do concelho do Sabugal de 2011.

Ponto 17 – Atividade Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

Intervieram os grupos municipais:

Grupo Municipal do CDS

O Sr. José Escada disse que, analisando a situação financeira, fica muito satisfeito pela situação que a autarquia apresenta, mas gostaria que a situação financeira potenciase à autarquia maior visão.

Grupo Municipal do PS

O Sr. José Pires Manso chamou a atenção para o que pensa tratar-se de duas gralhas repetidas, nos quadros das págs. 8 e 22; o segundo-quadro onde o erro também se repercute é basicamente o mesmo e foi certamente tomado pelo ROC sem se ter apercebido disso, na página 22. Chamou ainda a atenção para, atempadamente, se pensar na melhor forma de prevenir ou antes de remediar ou tentar resolver os problemas que já há dois anos vimos levantando aquando da avaliação das contas da CMS relacionados com o não cumprimento de alguns requisitos exigidos pela legislação nacional e que não têm sido cumpridos e que, se não forem cumpridos novamente pode obrigar a um programa de saneamento financeiro da autarquia ou à retenção de 10% da receita anual destinada à CM Sabugal.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que a questão do saneamento financeiro ou da retenção de 10% da receita anual não iria acontecer.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

Não tendo havido inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS

Assinado de forma digital por MANUEL AUGUSTO MEIRINHO MARTINS
Dados: 2024.01.17 17:36:23 Z

Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 04/2023 – ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2023

Anexo 1

“De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>

Enviada: 13 de setembro de 2023 09:14

Para: Assembleia Municipal - Município do Sabugal <assembleia.municipal@cm-sabugal.pt>;

Vitor Proença <vitor.proenca@cm-sabugal.pt>; Manuel Meirinho Martins

<meirinho@iscsp.ulisboa.pt>

Assunto: Pedido de agendamento do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição e respostas

REQUERIMENTO

Ex. mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Para que não restem dúvidas o grupo municipal do CDS-PP, detentor do direito de oposição vem, mais uma vez requerer, que o relatório de avaliação do grau de observância do direito de oposição e as respostas (nomeadamente a do CDS-PP) sejam ambos objeto de discussão pública na próxima sessão da assembleia municipal do Sabugal, que se realizará, presumivelmente, a 29 de setembro (presumivelmente porque, nesta data, 13-09-2023, desconhecemos a convocatória)

O requerimento fundamenta-se no número 3 do artigo 10º da Lei n.º 24/98 de 26 de Maio, que estabelece que a pedido de qualquer dos titulares mencionados no número anterior (titulares do direito de oposição) podem os respetivos relatórios e respostas ser objeto de discussão pública na correspondente assembleia.

Na opinião do CDS-PP, a Lei sobrepõe-se, neste caso, à alínea b) do número 1 do artigo 43º do Regimento da assembleia.

Solicitamos assim, ao sr. presidente da Assembleia Municipal do Sabugal, para agir em conformidade com a Lei e inclua o Relatório e respostas na ordem de trabalhos.

Cumprimentos

Sabugal, 13 de setembro de 2023

P’lo Grupo Municipal do CDS-PP

José Alves Escada da Costa”

Anexo 2

Intervenção do Sr. João Manso

“A lei n.º 24/98, 26 de maio diz que para a aplicação desta lei, é obrigatório a elaboração pela Câmara Municipal de relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias nela estabelecidos até ao fim de março do ano subsequente. Estes relatórios são enviados aos titulares do direito de oposição, para que estes se possam pronunciar.

Como todos nós sabemos o relatório que nos foi enviado, já foi dora de prazo, está assinado com a data de 13 de junho de 2023 e dado a conhecer aos membros desta Assembleia a 19 de junho de 2023.

Este relatório também não foi apresentado em nenhuma Reunião de Câmara, para poder ser discutido com os vereadores de oposição do partido socialista.

Ao ler as 8 páginas deste relatório, não há nenhuma referência ou explicação para a não elaboração desta obrigatoriedade em anos anteriores.

Vou citar parte da conclusão do dito relatório: ‘Foram asseguradas pelo Município do Sabugal, as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2022, assumindo o executivo municipal um papel ativo na efetivação dos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição.

Como é possível o Sr. Presidente da Câmara, achar que foram asseguradas as condições adequadas, podia aqui dar imensos exemplos, lembro o que se passou na última Assembleia Municipal, onde foi aprovada a constituição de serviços intermunicipalizados, para a gestão dos serviços de abastecimento público de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de águas pluviais, a pressa, os prazos a cumprir, a urgência de aprovar estes serviços que são fundamentais para todos nós, sem antes procurar avaliar, poder apresentar propostas de alteração de algumas alíneas do ‘Acordo de parceria’, analisar com rigor as vantagens e as desvantagens desta medida.

Como é possível o executivo municipal referir no relatório que assumiu um papel ativo, como sabe, é importante o Sr. Presidente dialogar, criar pontes com a oposição, diga a esta Assembleia, que medidas de oposição, já foram implementadas pelo seu executivo, nestes dois anos de mandato?”

Anexo 3

Moção para exigir do governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco e assegurar o direito à habitação

“Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meus meios de um vasto programa de habitação de promoção pública.

Medidas que precisam de enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhar de famílias.

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

Estas medidas não estão no chamado pacote 'mais habitação'. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida a 29 de Setembro de 2023, delibera:

- Reclamar a adopção de medidas que permitam enfrentar o aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0,43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos;*
- Exigir do Governo as acções necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas a Estratégia Local de Habitação do Município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes.*

Sabugal, 29 de Setembro de 2023

Os membros eleitos pela CDU na Assembleia Municipal do Sabugal:

João Carlos Taborda Manata

João Manuel Aristides Duarte "

Anexo 4

Moção sobre a falta de médicos no Centro de Saúde do Sabugal

"1-Considerando que no Centro de Saúde do Sabugal há uma gritante falta de médicos, o que prejudica gravemente a população do concelho;

2- Considerando que o Ministério da Saúde tem a obrigação de fazer investimentos no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente valorizando os seus profissionais;

3- O Serviço Nacional de Saúde é uma das mais importantes conquistas resultantes da Revolução do 25 de Abril de 1974 e está consagrado na Constituição da República Portuguesa e em muita legislação;

- A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida a 29 de Setembro de 2023, exige que o Ministério da Saúde promova a colocação de mais médicos no Centro de Saúde do Sabugal, no sentido de garantir o direito à saúde por parte dos habitantes do concelho.

- Insta a Câmara Municipal a mostrar a sua indignação com o que está sucedendo e que, no âmbito das suas competências, pressione o Ministério da Saúde a resolver a situação da falta de médicos.

Os membros da Assembleia eleitos pela CDU

João Carlos Taborda Manata e João Manuel Aristides Duarte

Anexo 5

Voto de congratulação pela nomeação de Paulo Leitão Batista como Diretor Nacional do SEF

*“O Dr Paulo Leitão Batista é nosso conterrâneo, é técnico superior do Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF), é uma personalidade sobejamente conhecida entre nós pelo seu bairrismo e por estar relacionado com pelo menos dois projetos que têm mexido um pouco com o concelho: refiro-me ao **blog “capeia arraiana”** de que estará agora estará mais afastado, mas a que esteve ligado muitos anos juntamente com o José Carlos Carreto Lages, e à **Confraria do Bucho Raiano** de que é até atualmente o seu chanceler-mor e em que muitos de nós tem participado na degustação e divulgação deste produto sabugalense e dos nossos restaurantes. Neste sentido, parece-nos oportuna a discussão, votação e eventual aprovação de um voto de congratulação pela sua recente nomeação como Diretor Nacional daquele Serviço (SEF), apesar de se tratar de um organismo que está em vias de reestruturação, por assim dizer. Nesse sentido, o Grupo de membros eleitos nas listas do PS desta Assembleia Municipal propõe o seguinte Voto de Congratulação:*

Voto de congratulação:

Tendo em atenção a recente nomeação do Dr. Paulo Leitão Batista para Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF) o grupo de membros eleitos nas listas do Partido Socialista na Assembleia Municipal do Sabugal propõe à aprovação desta Assembleia Municipal do Sabugal de um voto de congratulação pela nomeação deste sabugalense como Diretor Nacional desse Serviço de âmbito nacional (SEF). ”

Anexo 6

Intervenção do Sr. António Serra

“Agradeço à Direção do Grupo Municipal do PSD o tempo que me concedeu para a minha intervenção.

Não posso ficar indiferente ao que se passou no início deste mês, mais precisamente no dia 1 de setembro, no exterior do Centro de Saúde do Sabugal, sobretudo por algumas afirmações que foram divulgadas na comunicação social.

Quando, em meados de 2020, me foi solicitada ajuda - repito, foi-me solicitada ajuda - para o então indigitado Presidente do CA da ULS constituir a sua equipa, fiquei muito sensibilizado e honrado por saber que o meu nome tinha sido referido e aceite, até mesmo com alguns elogios, por alguns militantes do Partido Socialista da Guarda.

Não “fugi” do CS do Sabugal para o “hospital da Guarda” pois no desempenho das minhas funções de Diretor Clínico dos Cuidados de Saúde Primários da ULS da Guarda fiz mais pelo Centro de Saúde do Sabugal do que a maioria dos “políticos das redes sociais” ...

Saí de consciência tranquila com a certeza de ter deixado os CSP muito melhores do que quando iniciei funções. Os dados são públicos ... é só procurar pela informação.

Durante 32 meses dei o melhor de mim em prol dos utentes da ULS da Guarda, o que inclui o Centro de Saúde do Sabugal, como todos sabem...

Recordo os tempos terríveis da pandemia.

Todo o processo da vacinação contra a COVID-19 esteve sob a minha responsabilidade. Não houve uma única vacina contra a COVID-19 administrada na área de influência da ULS da Guarda que não tivesse passado pelas “minhas mãos”, e pelas quais fui responsável.

Durante todo o tempo que estive no CA, acredito que retribuí a confiança depositada em mim pelo Partido Socialista, com lealdade, trabalho e dedicação e com um vencimento inferior ao que tinha enquanto Coordenador do CS do Sabugal, por isso considero que não devo nada ao PS e o PS nada me deve.

Também o PSD nada me deve, nem devo nada ao PSD, a não ser a gratidão para com alguns amigos que, por acaso, são do PSD.

Serve estas palavras para dizer que, depois de todo o esforço feito pelo atual CA (e porque não dizê-lo por mim) para que o Sabugal não ficasse prejudicado em termos de recursos humanos na área MGF, e tudo tivesse sido feito para captar médicos para o CS do Sabugal... no dia 1 de setembro, foi dado “um tiro nos pés”, passe a expressão, e o protesto/manifestação pode ter sido muito mais prejudicial do que os organizadores da manifestação possam ter pensado.

Se eu estivesse com 30 anos, a iniciar a carreira profissional, nunca escolheria uma vaga num Centro de Saúde que “está mal” (foi essa a imagem passada nas televisões). Optaria, sim, por um Centro de Saúde “pacífico”, onde há carência de Médicos (como há em todos os Centros de Saúde do País), mas os utentes são pacientes e até elogiam quem está a trabalhar para eles, apesar da falta de condições.

Naquela manifestação, ninguém fez um elogio ou um reconhecimento aos médicos que ainda ali trabalham. Aliás, até houve má educação e discurso “encomendado”... pois uma utente questionada pela jornalista se tinha Médica de Família disse: “não... era UMA que estava aí e se reformou... queria voltar a trabalhar e não a deixaram, a administração tem culpa!”

Para mim, o que se passou só pode ter sido uma encenação orquestrada por alguém sem conhecimento e sem informações correctas ou, então, com má-fé. Desconhecimento por não saber que o CA não pode impedir que um qualquer médico peça a rescisão do seu contrato individual de trabalho e procure trabalho (concorra para outra ULS e/ou ARS) onde muito bem lhe apetecer; desconhecimento em não saber que a ULS não pode contratar, ou pagar aos médicos MGF, o que eles querem... há Leis a cumprir e se o CA não cumprir a LEI é responsável civil e criminalmente pelas decisões tomadas. Se têm esta informação e afirmam/afirmaram o que foi dito... é má-fé... ou têm objetivos políticos “obscuros”.

Como é possível ver um vereador do Partido Socialista (candidato derrotado no último ato eleitoral autárquico) a manifestar-se contra o seu próprio partido/governo em funções?

O Conselho da Administração da ULS da Guarda foi nomeado pelo Ministério da Saúde deste Governo do PS.

Se os Socialistas do Sabugal não têm poder (número de militantes/poder político) para terem uma Concelhia, então não ajam sem antes ouvirem a Distrital do PS... é o meu conselho...

Também deixo um conselho à Camara Municipal e a todos nesta sala - pensem bem (muito bem) na situação que se vai viver daqui a 2 a 3 anos no Centro de Saúde.

No próximo mês de outubro, cumprem-se 28 anos que o Eng.º António Guterres ganhou as eleições legislativas. Neste período, o PS governou 21 anos e o PSD 7 anos, 4 deles a cumprir o acordado pelo Partido Socialista com a “Troika” para retirar o País da “banca rota”...

*O poder central já demonstrou e demonstra total incapacidade para gerir a situação no SNS, como tem sido noticiado na Comunicação Social. Temos de ser **nós - todos - (Comunidade)** a arranjar soluções... caso contrário, aí sim, o Centro de Saúde corre o risco de ficar sem médicos... como já acontece em outras localidades deste país.*

Para terminar, só quero referir que, com a minha idade, restam-me 8 a 10 anos de esperança de vida (se Deus quiser) e, se tudo correr bem, talvez 12 anos (possivelmente já dependente)... e agora, que tenho tudo o que eu quero “para gozar a vida” vou prescindir da minha LIBERDADE e REPOUSO para voltar a trabalhar no SNS?...

Se voltar a trabalhar será por respeito dos utentes que se encontram sem Médico de Família e por quem já me pediu ajuda para colmatar a falta de médicos no CS do Sabugal.

Nunca esqueci de onde vim, quem sou e para onde quero ir...

Sei que na Política, como em outros aspetos da vida, não há Gratidão...

A minha decisão sobre o meu futuro já está tomada...

Espero não me vir a arrepender”

Anexo 7

Intervenção do Sr. Alexandre Gonçalves

Cidades Educadoras

“De 8 a 11 de Novembro realiza-se, em Torres Vedras, o IX Congresso Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. O tema “Cidades educadoras, cidades das crianças, cidades para todos”, promete ser dinâmico, aberto e motivador.

Enquanto técnico superior do Município da Guarda e dinamizador de vários projectos socioeducativos, vou apresentar, no dia 10 de Novembro, o Clube de Oralidade “Pensar Alto”, assim como as Oficinas de Poesia e Desenho e as Oficinas de Escrita.

Estas Oficinas, tal como outras que promovo em diferentes instituições do Concelho da Guarda, são autênticos projectos de continuidade. As Oficinas que vou apresentar no Congresso Nacional em Torres Vedras foram alvo de candidatura, tendo sido posteriormente aprovadas pelo Conselho Científico da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras.

As Oficinas abraçam palavras tão importantes como sejam: debate, oralidade, inclusão, imaginação, afectos, firmeza, dedicação, criatividade, acreditar, perseverança e compromisso.

As Oficinas são fruto de protocolos de colaboração entre o Município da Guarda e os dois Agrupamentos de Escolas, bem como entre o Município da Guarda e a Casa de Saúde Bento Menni.

A Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras envolve cidades de grande, média e pequena dimensão à escala nacional. Sr. Presidente da Câmara Municipal, alguma vez equacionou que o Município do Sabugal faça parte da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras?”

Anexo 8

Declaração de voto

“O voto contra do CDS-PP justifica-se porque o Sr. Presidente veio propor a aprovação de um procedimento com inúmeras dúvidas e indefinições o que coloca os membros desta assembleia perante o risco de praticar uma ilegalidade que será individualmente responsabilizante. A

informação não é suportada pelo responsável da Divisão Financeira. Não foi considerada a possibilidade de anular o atual contrato de empréstimo e em vez de o retomar, assinar outro, excluindo os 710 000 euros.

Para o CDS-PP todo o procedimento associado a este empréstimo configura incompetência e gestão danosa do erário publico, violando o artigo 5º do Código do Processo Administrativo”

Anexo 9

Declaração de voto

“Declaro que votei favoravelmente o ponto 5 da ordem do dia, na expectativa de que parte da verba do empréstimo seja utilizada na reparação da estrada municipal Rebolosa - Aldeia da Ribeira.”

Anexo 10

Declaração de voto

“O Grupo Municipal do CDS-PP vota contra porque o procedimento que é proposto tem por base um contrato aprovado, por outra assembleia, em anterior mandato, sem que hoje, o Presidente da Câmara tivesse tido, pelo menos, a preocupação de o anexar e de o explicar.

O Grupo Municipal do CDS-PP vota contra pelo valor exagerado do contrato, fora da lógica de mercado que configura má gestão de dinheiros públicos. Os contratos mais recentes, desta natureza, são feitos com empresas do tipo ISETE, sim, mas com remuneração que se suporta na partilha das economias resultantes, e não na base de uma renda fixa. O contrato partilha é um contrato que possibilita maior eficiência no desempenho já que quanto maiores forem as economias obtidas maior será a remuneração do prestador de serviço!”

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO MEIRINHO
MARTINS
Dados: 2024.01.17
17:35:36 Z

O Presidente da Assembleia,

Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, *Vânia Martins Filipe*

Vânia Martins Filipe